

TEORIAS FEMINISTAS E SUAS “LIGAÇÕES PERIGOSAS”: DO PÓS-MODERNO AO PÓS-COLONIAL

Simone Pereira Schmidt
Universidade Federal de Santa Catarina

Nos decisivos e catastróficos anos 80, como os definiu Mary Louise Pratt¹, não faltou quem anunciasse a morte do feminismo. Em pesquisa que realizei recentemente sobre os modos de recepção e veiculação do discurso feminista na mídia impressa do centro do país (particularmente nos cadernos *Folhetim* e *Mais*, suplementos culturais da *Folha de S.Paulo*), identifiquei uma tendência no sentido de uma desautorização desse discurso, de modo a restringi-lo a uma fala única, monolítica. Em tais cadernos, percebia-se facilmente um tom de consenso em torno da falência da “utopia feminista”, que esvaziava sua agenda política e ridicularizava suas personagens.

Ao mesmo tempo, lia-se também nas páginas dos mesmos suplementos o mal-estar provocado por idéias que, vindas de fora, em especial da academia norte-americana, dialogavam muito de perto com traços profundamente marcantes em nossa formação cultural, ou seja, questões ligadas a pluralidade étnica, por exemplo. O debate em torno do multiculturalismo rendeu boas polêmicas, envolvendo nossos intelectuais, muitos dos quais assumiram uma postura defensiva em nome de uma brasilidade ofendida, como se a discussão das etnias devesse ser sempre prerrogativa exclusivamente nossa, e o debate trazido de fora representasse intromissão estrangeira, aliciante, perigo a ser combatido nas trincheiras da inteligência nacional.

Mesmo assim, para além de perigos, de modas e de mortes anunciadas, o feminismo sobreviveu aos modernos cadernos, aos anos 80 e inclusive ao fim da história. Se para expressiva parcela da elite cultural brasileira representada pelo *Mais!* naquele momento o clima pós-moderno que então se definia significava, ainda que de forma obscura, o fim do tempo das bandeiras políticas, o feminismo, por sua vez, tentava encontrar soluções para seus impasses. E como todo pensamento que se percebe em crise, ele promoveu então um profundo mergulho de auto(re)descoberta, do qual emergiu mais amadurecido.

Para além das reivindicações que o estruturaram como movimento nos anos 70 e início dos 80, o feminismo se construiu posteriormente como um modo de pensar a sociedade de raro

¹ PRATT, Mary Louise. “A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco”. *Travessia*, Florianópolis, n.38, jan.-jun.1999, p. 7-29.

alcance interpretativo, operando e fazendo interagir categorias tão eficazes quanto distintas de análise das relações sociais, como gênero, raça, classe, etnia, geração, etc.

Um de seus mais poderosos aliados no empreendimento de “desdoxificar” a cultura contemporânea tem sido, segundo Linda Hutcheon², o pensamento pós-moderno. Contudo, ainda segundo a autora canadense, eles se distanciam no que diz respeito ao investimento político que o feminismo (ou os feminismos) precisa(m) manter vivo. A principal divergência entre as duas estratégias, a feminista e a pós-moderna, reside na ambigüidade política do pós-modernismo: ele é ao mesmo tempo cúmplice e contestador das dominantes culturais dentro das quais opera. O feminismo, ao contrário, precisa ter agendas políticas específicas e não-ambíguas.

Se vistas em conjunto, as teorias pós-modernas evidenciam a ambigüidade apontada, além de exibirem uma faceta “eurocêntrica e narcisista”, segundo Robert Stam³, os estudos pós-coloniais, por outro lado, despontam no bojo dessas teorias como um modo particularmente eficaz de operar uma análise poética/política das interações entre o local e o global na cena contemporânea.

Assim, o discurso pós-colonial, que em certos aspectos atua em sentido oposto ao pós-moderno, surge como um aliado mais “confiável” para as teorias feministas que, nas últimas décadas, têm procurado somar à negatividade própria do momento em que nos encontramos, a afirmatividade política de sua prática.

O estudioso Gauri Viswanathan define os estudos pós-coloniais como o “estudo da interação cultural entre os poderes colonizadores e as sociedades colonizadas por eles, e dos rastros que essa interação deixou na literatura, nas artes e nas ciências humanas de ambas as sociedades”⁴. A partir de uma definição como essa, podemos pensar no pós-colonial como o movimento que traz para dentro da cena pós-moderna a figura do subalterno, em co-presença espacial, social e histórica com o grupo dominante que promoveu sua invisibilidade. O olhar pós-colonial para a relação entre (ex-)colonizador e (ex-)colonizado é, portanto, necessariamente relacional, o que se por um lado representa uma conquista para o subalterno (já que sua invisibilidade, conforme Mary Pratt⁵, se alça à condição de uma forma de co-presença, ainda que potencialmente em conflito), por outro lado apresenta alguns riscos. Dentre os riscos implicados

² HUTCHEON, Linda. *The politics of postmodernism*. New York: Routledge, 1990. p. 141-168.

³ STAM, Robert. *Teorias del cine*. Barcelona: Paidós, 2001. p. 336.

⁴ *Apud* STAM, Robert. Op. Cit., p. 333.

⁵ PRATT, Mary Louise. Op. Cit.

nesse caráter relacional da condição pós-colonial, eu destacaria o da diluição dos sujeitos em suas condições históricas concretas de desigualdade e o conseqüente esvaziamento das implicações políticas da própria condição de subalternidade. Robert Stam exemplifica bem tais riscos, ao examinar o que considera uma espaço-temporalidade ambígua instaurada pelo conceito de pós-colonial:

“Pós-colonial” tende a associar-se aos países do Terceiro Mundo que adquiriram independência depois da Segunda Guerra Mundial, ainda que também se refira à presença da diáspora do Terceiro Mundo nas metrópoles do Primeiro Mundo. O termo “pós-colonial” não deixa claro a que perspectiva se refere. (Ex-)colonizador e (ex-)colonizado compartilham, ainda que de modo assimétrico, a experiência colonial: então, o prefixo “pós” indica qual perspectiva: do ex-colonizado (o argelino, por exemplo), do ex-colonizador (o francês, neste caso), do ex-colono assentado (*pied noir*) ou do híbrido deslocado à metrópole (o argelino na França)? Como a maioria do mundo vive agora “depois” do nacionalismo, o “pós” neutraliza as significativas diferenças existentes entre França e Argélia, Grã-Bretanha e Iraque, Estados Unidos e Brasil.⁶

Assim, o discurso pós-colonial, ao mesmo tempo em que promove a visibilidade do subalterno, atua no sentido de desnaturalizá-lo, des-homogeneizá-lo, concebendo-o como sujeito dentro de uma intrincada rede de relações de poder, e não simplesmente como vítima passiva de uma opressão secular. Com isso não se pretende advogar a inexistência da opressão e do sofrimento historicamente infligido pelas relações coloniais. O que pretendo destacar aqui é a lição de Gayatri Spivak, que alerta a crítica pós-colonial contra a romantização e a homogeneização do sujeito subalterno. Em sua teoria acerca do silêncio do subalterno, e em especial daquele que se constitui sob os poderes articulados do colonialismo e do patriarcado, silêncio este que demanda a efetiva participação do(a) intelectual para tornar visível (ou audível) a sua experiência da margem, Spivak alerta-nos contra o que chama a “nostalgia das origens perdidas”, ou seja: “a assertiva de que as culturas nativas foram deixadas intactas ao longo do domínio colonial, e de que agora seriam facilmente resgatáveis”⁷.

Também o estudioso ganês Anthony Appiah apresenta seu contundente argumento contra a idéia de uma pureza essencial perdida, a ser resgatada pelos estudos pós-coloniais: “se há uma lição no formato amplo dessa circulação de culturas, certamente ela é que todos já estamos contaminados uns pelos outros, que já não existe uma cultura africana pura, plenamente

⁶ STAM, Robert. Op.cit., p. 335-336.

⁷ Apud LOOMBA, Ania. Colonialism/Postcolonialism. London: Routledge, 1998. p. 235.

autóctone, à espera de resgate por nossos artistas (assim como não existe, é claro, cultura norte-americana sem raízes africanas)⁸”.

Ao desconstruir a idéia de uma identidade étnica autêntica, não contaminada, autores como Spivak e Appiah estão apontando para a necessidade que temos de promover um olhar sobre a questão pós-colonial que contemple diferenças, intersecções identitárias e interações constantes entre os diversos personagens que atuaram e atuam nos processos coloniais e pós-coloniais. Trata-se de levar em conta as profundas diferenças existentes entre os sujeitos subalternos, sem deixar de pensar no significado histórico da subalternidade e da dominação.

O feminismo também precisou desconstruir sua ficção de uma identidade unificada em torno do conceito Mulher. Sob a proteção de uma tal identidade ficcional, permanecia latente a idéia da vítima a ser salva da opressão. Donna Haraway⁹ foi uma das autoras que mais fortemente percebeu uma crise de identidade política no feminismo contemporâneo. Analisando a “dolorosa fragmentação” existente entre as feministas (ou entre as mulheres), Haraway acredita que pensarmos hoje em termos de uma “unidade essencial”, que ligaria todas as mulheres, reduz-se a um modo de reforçar e encobrir as relações de dominação existentes entre as mulheres. Pois, como afirma Jane Flax, “nenhuma de nós pode falar pela “mulher” porque tal pessoa só existe dentro de um conjunto específico de relações (já em termos de gênero) – com o “homem” e com muitas mulheres concretas e diferentes¹⁰”.

No entanto, ao des-essencializar as categorias “mulher” e “subalterno”, parece-me que tanto o feminismo quanto o discurso pós-colonial incorrem em risco semelhante: o de resvalar no relativismo e perder muito de sua força política. Com isso quero indicar o risco de se perder de vista a concretude do referente, as dolorosas implicações das relações desiguais de poder. E assim se pode passar a veicular indistintamente um discurso que elogia a diferença, a mistura, a mescla, o híbrido, que celebra em última instância um “feminismo sem mulheres”¹¹, como se fosse possível construir a ficção de uma diluição radical das tensões históricas contidas nas lutas feministas num campo supostamente neutro e plural das relações de gênero, como sugere o

⁸ APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai; a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 217

⁹ HARAWAY, Donna. “Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Tendências e impasses; o feminismo como crítica da cultura. P. 243-288.

¹⁰ FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pós-modernismo e política. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 248.

¹¹ Cf. MODLESKI, Tânia *apud* COSTA, Cláudia de Lima. “O tráfico do Gênero”. *Cadernos Pagu*, n.11, 1998, p. 127-140.

comentário feito por uma funcionária da Prefeitura de Cali a Sonia Alvarez: “ahora la cosa cambió, ya no es aquel feminismo radical de los años 70, ahora es perspectiva de género”¹².

Como se fosse também possível enunciar um discurso pós-colonial que apagasse atrás de si as marcas dramáticas de um passado colonial, tal como se lê na provocação de Robert Stam: “É verdade que perdestes vossa terra, vossa religião e que vos torturam, mas sejais otimistas: sois híbridos”¹³. Como se, afinal, desigualdades e traumas fossem problemas já resolvidos por mulheres e sujeitos (pós-) coloniais.

São muitos os desafios enfrentados na complexa ligação do feminismo com o pós-colonial. Mas, apesar das dificuldades, esta tem sido uma convivência proveitosa, e por isso gostaria de apontar para algumas importantes contribuições que o discurso pós-colonial tem a oferecer na definição de rumos para a teoria feminista contemporânea.

A primeira delas parte do conceito de “zona de contato” formulado por Mary Louise Pratt¹⁴. A autora, como sabemos, toma o conceito de empréstimo da Lingüística: a zona de contato seria, no mapa das relações coloniais, o lugar em que falantes de diferentes línguas nativas se poriam em contato, surgindo desse encontro a linguagem do contato, necessariamente híbrida, muitas vezes caótica e sempre aberta às muitas possibilidades da interação lingüística.

Deslocando a idéia da zona de contato para a crítica contemporânea, Mary Pratt percebe a possibilidade de se pensar as fronteiras sendo trazidas para o centro da discussão, “enquanto centros homogêneos são deslocados para as margens”.

Com sua proposta a autora não está, como pode parecer, resvalando para o elogio puro e simples da margem; a perspectiva da zona de contato põe a autonomia de diferentes identidades em interação, “como faixas fronteiriças, como locais de permanente interação crítica e inventiva com a cultura dominante, como zonas de contato permeáveis através das quais as significações se movem em muitas direções”¹⁵.

As implicações de tal idéia para a teoria feminista são bastante evidentes. Se, como afirma Teresa de Lauretis¹⁶, não podemos estar fora das tecnologias do gênero, parece-me que o

¹² ALVAREZ, Sonia. En qué Estado está el feminismo? Reflexiones teóricas y perspectivas comparativas. In: Seminario Internacional “Experiencias de investigación desde una perspectiva de género, mujer y desarrollo”, 6-9 out.1998, Univers. Nacional de Colombia, Santa Fé de Bogotá.

¹³ STAM, Robert. Op. cit., p. 335. Tradução minha.

¹⁴ PRATT, Mary Louise. Op. cit.

¹⁵ PRATT, Mary Louise. Op. cit., p. 14.

¹⁶ LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Tendências e impasses; o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

constante movimento operado pela teoria se enriquece na perspectiva do contato. O gênero passa a ser mais um elemento, constantemente negociado, juntamente com a classe, a etnia, a raça, a nacionalidade, etc, e aqui o multiculturalismo tem significativa participação.

Trata-se aqui, como afirma Ella Shohat, de ressignificar a idéia de relacionalidade, ou seja: mais do que enfocar comunidades em resistência contra um centro dominante (o que é ainda uma forma de privilegiar o centro, pelo menos como antagonista), o que se procura é “estender laços horizontais e verticais, entrelaçando comunidades e histórias em uma rede conflituosa”¹⁷.

Uma segunda importante contribuição do discurso pós-colonial para o feminismo vem da formulação de Ella Shohat acerca da necessidade que enfrentamos de desconstruir a história eurocêntrica do feminismo. E aqui gostaria de somar ao debate um breve depoimento pessoal.

Minha formação como feminista, no início dos anos 80, se deu em grande parte na definição de uma especificidade feminista que nos diferenciava dos chamados “movimentos de mulheres”, ou seja, aqueles movimentos de lutas populares protagonizados por mulheres, no país que então vivia seu renascimento democrático após o mais duro período da ditadura. Jovens intelectuais em formação, nós aprendemos desde cedo a cartilha da *especificidade*, palavra por meio da qual procurávamos nos definir, afastando-nos daquelas que erguiam bandeiras sociais mais amplas, usando sua condição de mulheres para reivindicar o que, em nossa opinião, lhes ditava a agenda da esquerda, historicamente masculina e patriarcal.

Foi necessário um longo percurso, em que por diversas vezes cruzei a fronteira que separa a teoria da ação política, num movimento de vai e vem que lembra os pontos de uma costura, foi necessário mesmo que houvesse essa costura em minha trajetória pessoal e política, para que eu chegasse hoje a compreender que, vivendo num contexto histórico diferente do europeu e do norte-americano, fui e sou parte de uma outra história do feminismo, nem sempre identificada com a modernidade, e sempre situada como periferia. Como parte dessa outra história localizada na América Latina, vi acontecer movimentos como o das margaridas na Paraíba, das sem-terra, das sem-teto; acompanhei as lutas de mulheres que foram às ruas para bater panelas contra a fome e a carestia, de mães que foram às praças gritar por seus filhos desaparecidos. Domésticas, donas de casa, negras, brancas, mestiças, *cholas*, indígenas, mães, guerrilheiras, margaridas, evitas, beneditas, a história do feminismo, por aqui, muitas vezes na contramão da pós-

¹⁷ SHOHAT, Ella. “Feminismo fora do centro” (entrevista concedida a Sônia Maluf e Cláudia Lima Costa). *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n.1, 2001. p. 147-163.

modernidade, se escreveu em sofridas lutas, onde a classe e a raça necessariamente se articulavam ao gênero, colocadas suas urgências todas na ordem do dia, antes mesmo de tal articulação imperar nas agendas dos feminismos metropolitanos.

Não há como, efetivamente, escrever a história do feminismo reivindicando uma especificidade construída a partir de fora da nossa experiência. Por isso talvez a tarefa mais urgente para a teoria feminista agora seja a de reler sua história a contrapelo, estabelecer uma zona de contato em que se ponham em diálogo a história do movimento de mulheres na América Latina e as teorias produzidas no espaço acadêmico, traduzidas dos grandes centros hegemônicos.

Uma rede de interações dessa natureza, penso que em grande parte ainda está por ser feita, em muitos campos de nossa prática teórica. Isso seria efetivamente trabalhar nos espaços lacunares produzidos pela globalização, na construção de lugares outros, não centralizados, de saber e poder.

Ao procurar formular tais idéias ainda tão desafiadoras para mim, serviram-me como referência algumas reflexões que li recentemente, num ensaio de Helder Macedo. Seu texto, que de certa forma traduz as preocupações de alguém em constante movimento entre fronteiras, reais e imaginárias, impostas pela experiência pós-colonial, fala de preocupações semelhantes às aquelas que me inquietam - a maior dela, possivelmente, a necessidade de encontrar linguagens que tornem (ainda) possível o contato:

Mas é precisamente por ser português que não sou apenas europeu, que quero e posso dialogar com outras línguas e outras culturas a partir das plurais culturas da língua que temos em comum. Será isto aceitar irremediavelmente o meu lugar nas periferias das culturas dominantes? Talvez não, talvez seja assumir o lugar que nos compete num centro sem fronteiras que também possa ser meu.¹⁸

¹⁸ MACEDO, Helder. “Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português”, *Revista de Letras*, n.23, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, jul.-dez. 2001, p. 11-16.